

Barão do Rio Branco: Um Símbolo da Pátria

Maj Eng QEMA
WALDECK NERY DE MEDEIROS

ORIGEM

1823 — Salvador. Aos quatro anos de idade, José Maria da Silva Paranhos — o futuro Visconde do Rio Branco, pouco poderia compreender diante da correria pelas ruas. Eram os últimos dias de resistência das tropas do General Madeira, que fiéis a Lisboa, se opunham à independência.

1836 — Com dezessete anos viaja para a Corte, e matricula-se na Academia da Marinha.

1841 — Matricula-se na Escola Militar e diploma-se Tenente de Engenharia. De seu casamento, em 1843, com Teresa Figueiredo Faria, nasce, em 1845, 20 de abril, José Maria da Silva Paranhos (Júnior). Desde cedo, pois, habitua-se Júnior a apreciar a farda e a conviver com militares. Seu pai, já segundo-tenente do Corpo de Engenheiros, havia se tornado lente de Artilharia da Escola Naval e professor de Matemática.

Lançando-se mais tarde à carreira política, ampliando seus estudos nesse setor, e em administração, não abandona o futuro Visconde o estudo da matemática, assumindo a cátedra de Artilharia e Fortificações da Escola Militar.

1863 — Passaria a lecionar Economia Política, Estatística e Direito na Escola Central, surgida com a reorganização das escolas militares do Império.

As operações bélicas contra Oribe e Rosas levam, por diversas vezes, o Visconde a viajar ao Prata.

Júnior cresce nesse ambiente, empolgado pelos brilhantes feitos d'armas de seus irmãos e pelos êxitos diplomáticos alcançados por representações diplomáticas brasileiras.

Já em plena mocidade, assiste à eclosão do maior conflito militar sul-americano — a Guerra da Triplíce Aliança.

1869 — Quando Caxias entra vitorioso em Assunção, o “velho” José Maria é encarregado de assessorar o novo governo paraguaio.

Valheu-lhe o título pelo qual ficaria famoso: Visconde de Rio Branco.

INFLUÊNCIA DO SOLDADO E DO ESTADISTA

Na casa do Visconde, soldado e estadista, cresceu o garoto José Maria, logo apelidado de “Juca” pelos colegas.

Não é, portanto, de admirar, assim, que venha a dedicar-se, cada vez com maior entusiasmo, ao estudo da história de nossas campanhas militares.

1855 — Ingressa no Colégio Dom Pedro II, sempre empolgado pelo estudo da História do Brasil e literatura. Já revelava seu invulgar interesse pelo assunto, quando, aos dezessete anos de idade, frequentando a Faculdade de Direito de São Paulo, escrevia seu primeiro ensaio — *Episódio da Guerra do Prata* — inspirado na missão do pai.

1866 — Termina, no Recife, seu curso de Direito, e trabalha em pesquisas históricas — a Guerra do Paraguai, o grande assunto do momento. O jovem estudante torna-se correspondente de uma revista francesa, para a qual escreve uma série de artigos sobre a guerra.

Ao tornar-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Juca começa a alimentar outras pretensões; deseja ser diplomata. Poderia assim aprofundar seus estudos de história e ao mesmo tempo viajar representando o Brasil.

Todos previam para aquele jovem aos 23 anos, uma brilhante carreira política à sombra do pai. Não tinha, todavia, ambições políticas, mas muito se interessava pela campanha abolicionista e pela Guerra do Paraguai, questões que empolgavam o Parlamento Imperial.

Em ambas, torna-se colaborador do pai que lança uma inflamada campanha em favor da *Lei do Ventre Livre* e acompanha o pai nas missões diplomáticas ao Rio da Prata e ao Paraguai.

Em início da década de 70, conhece a jovem atriz belga Marie Stevens com quem casar-se-ia quase vinte anos depois.

FINALMENTE, O DIPLOMATA BARÃO

Com 32 anos José Maria começava, finalmente, a ambicionada carreira diplomática, quando foi nomeado cônsul brasileiro em Liverpool (1876), graças ao empenho de Caxias.

Acabaria morando 25 anos em Paris, de 1876 a 1901, tendo encontrado aí o ambiente adequado ao seu espírito. E como sempre, as bibliotecas e arquivos puderam fornecer o material para as suas pesquisas. À sua casa chegavam quase diariamente livros, mapas, documentos, que estudava atentamente.

O advento da República encontraria o Barão em Paris, a serviço da nossa diplomacia.

Seu pai, falecido em 1880, concorrera para apressar a queda da monarquia, como líder abolicionista que foi.

As vésperas da Proclamação da República, receberia o último reconhecimento do Império pelos serviços prestados: a Princesa Isabel lhe conferiria o título nobiliárquico de Barão do Rio Branco (maio de 1888).

O 15 de Novembro não altera sua conduta, ainda que as raízes de sua formação e de sua educação política estivessem ligadas ao Império. O Barão será absolutamente fiel aos ideais republicanos, reconhecendo a justeza das causas que deram origem à nova ordem.

"Será ele mesmo, o homem providencial, o elo de ligação entre as duas épocas, que irá assegurar, de forma indestrutível, a Unidade Nacional".

Ai, podemos citar: Missões, Amapá, Acre, Condomínio da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão, entre outros.

Em 1902, a convite do Presidente Rodrigues Alves, assume a pasta das Relações Exteriores. Após 26 anos de ausência, retorna ao Brasil, e nesse posto permanecerá por dez anos.

Orientaria, portanto, como Chanceler, a política externa durante os governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.

REAPARELHAMENTO DO EXÉRCITO: INSTRUMENTO NECESSÁRIO À DIPLOMACIA

Diversos movimentos procuraram atrair o Barão para a política.

Durante a campanha pelas candidaturas Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, Rio Branco apóia o Marechal Hermes que havia empres-

tado grande significado ao reaparelhamento do Exército, coisa que o próprio Barão preconizava como apoio indispensável à sua diplomacia.

Fator grandemente favorável, no desenvolvimento dessa reforma militar, fora a influência do Barão, que, como Ministro das Relações Exteriores preconizou sempre a renovação das Forças Armadas Brasileiras, para que o Brasil pudesse desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabia no convívio das nações. Rio Branco, ao mesmo tempo, motivava e prestigiava os esforços da corrente que propugnava pelo fortalecimento das Forças Armadas, continuando e prolongando exemplos anteriores de unidades de vista e de ação, de civis e militares, em favor da segurança nacional.

"Por esse tempo surge o movimento capitaneado pelo Almirante Alexandrino de Alencar contra a estagnação naval com o lema *Rumo ao Mar*, que, sem dúvida, trouxe além de novas unidades a eficácia combativa".

"O Barão do Rio Branco, o mesmo Almirante e o Marechal Hermes começaram a dar às Forças Armadas do Brasil uma organização capaz de racionalizar a nossa defesa, principalmente por haver um objetivo delineado na política do grande Chanceler".

Indiscutivelmente, foi o Barão do Rio Branco um dos maiores artífices da segurança e integridade nacionais.

CONCLUSÃO

Desde cedo habituara-se Juca a apreciar e conviver com os militares, influência da profissão de seu pai. Ao mesmo tempo crescera no ambiente empolgado pelos brilhantes feitos d'armas de nossos irmãos e pelos êxitos diplomáticos alcançados pelas representações brasileiras, das quais seu pai havia participado de muitas. Crescera, pois, o garoto José Maria, na casa de um soldado e estadista, o Visconde de Rio Branco.

Na manhã de 10 de fevereiro de 1912, fruto de uma grave insuficiência renal, estava de luto a Nação brasileira. Homem que possuía a serenidade peculiar aos líderes de boa têmpera, talhado para vencer, para dominar as dificuldades e para não temer sacrifícios, enfibrando a vontade e enrijecendo o caráter no permanente cumprimento do dever, sua vida passará à posteridade como um dos mais legítimos orgulhos de nossa pátria.